



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO N° 70
DATA 09 : 01 , 23
Folhas N° 15 Rubrica Felipe

Processo: 000070/2022

Recorrente: VMI TECNOLOGIAS LTDA.

Assunto: Recurso - Pregão Eletrônico nº 214/2022 - Processo Licitatório nº 013710/2019

Ilmo. Sr. Dr. Subprocurador de Processos Administrativos,

I - RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico nº 214/2022 - Processo Licitatório nº 013710/2019, que tem por objeto licitar a melhor proposta para a aquisição de equipamentos médicos para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã.

Pois bem. A empresa VMI TECNOLOGIAS LTDA., ora recorrente, apresentou recurso em face da decisão que a inabilitou no certame e, conseqüentemente, declarou a IMEX MEDICAL COMERCIO E LOCACAO LTDA, como vencedora do item 2 (arco cirúrgico).

Em suma, a empresa alega em sua peça recursal (v. fls. 04/05), que a recorrida se encontra impedida de licitar, em razão de sanção aplicada pelo Fundo Municipal de Saúde de Toritama/PE, e que tal impedimento diz respeito a União, Estado, Distrito Federal e Municípios.

Sustenta, ainda, que a Administração Pública é una, devendo os efeitos da sanção se estenderem a qualquer órgão dela, pugnando, para tanto, pela nulidade do ato que habilitou a recorrida no certame.

A recorrida, por sua vez, apresentou suas contrarrazões às fls. 06/08, afirmando que a penalidade em referência não impede a sua participação e habilitação neste certame. Isso porque a abrangência da penalidade aplicada fica restrita ao órgão sancionador, qual seja a Prefeitura Municipal de Toritama/PE, não abrangendo outros órgãos, conforme demonstrado no próprio CEIS.

Registra, ainda, que foi declarada vencedora de outros certames, tendo sua habilitação sido mantida, mesmo com a referida penalidade, não havendo, pois, que se falar em impedimento para licitar com o Município de Nova Friburgo.

A Comissão de Pregão II, em manifestação de fls. 09/14, esclareceu que o pregoeiro, antes de proceder a habilitação da empresa recorrida, em mandamento ao disposto no edital e, em atendimento ao princípio do instrumento convocatório, procedeu com a devida verificação



da condição de habilitação da empresa IMEX MEDICAL COMERCIO E LOCACAO LTDA, junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), onde constava a seguinte informação: "*Nenhum registro de ocorrência ativa encontrado para o fornecedor*".

Foi também efetuada verificação junto ao site do TCU, que abrange, entre outras, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), tendo averiguado impedimento/proibição de contratar (30/08/2024), com o Fundo Municipal de Saúde do Município de Toritama/PE.

Ademais, realizou-se consulta detalhada no portal do órgão gestor, podendo constatar que se tratava de impedimento aplicado pelo órgão sancionador, Fundo Municipal de Saúde do Município de Toritama/PE.

Assim, diante da verificação da condição de habilitação da recorrida junto ao SICAF e ao CEIS, onde consta expressamente a informação de âmbito do impedimento de licitar como sendo o Município de Toritama, a empresa foi considerada apta a ser habilitada para licitação realizada no âmbito do Município de Nova Friburgo.

Por fim, a Comissão encaminhou o procedimento a esta Procuradoria para análise do aspecto jurídico, sobretudo quanto ao entendimento no órgão da aplicabilidade do impedimento de licitar que trata o inciso III do artigo 87 da Lei n. 8.666/93.

É o relatório. Passa-se à devida análise.

II - DOS FUNDAMENTOS

Inicialmente, vale mencionar que cabe ao Pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos, e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão, na forma do art. 109, §4º da Lei 8.666/93¹ e do Decreto Federal nº 10.024/19, arts. 13 e 17².

¹ "§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade"

² "Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:

(...)

IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;"

"Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

(...)

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão"



Assim, incumbe ao Pregoeiro decidir sobre o julgamento das propostas e habilitação preliminar dos interessados em participar de cada certame, na forma disposta nos arts. 27 a 31 e 43 da Lei n. 8.666/1993, sendo certo que no caso em tela a Comissão de Pregão se manifestou motivadamente acerca do recurso.

Não obstante, passa-se à análise da legalidade do recurso.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 109 da Lei nº 8.666/93:

“Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;*
- b) julgamento das propostas;*
- c) anulação ou revogação da licitação;*
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;*
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;*

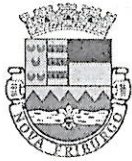
(...)

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.”

Também assim dispõe o Decreto Federal nº 10.024/19, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica:

“Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:

(...)



IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

“Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses”.

Por óbvio, também se admite o recurso do licitante contra atos praticados em favor de outro concorrente, como, por exemplo, contra a habilitação de determinado licitante, eis que no contexto da disputa é de seu interesse a eliminação dos demais concorrentes, cumprindo o pressuposto de interesse recursal.

Verifica-se que o recurso apresentado pela recorrente é aquele previsto no inciso I, chamado pela doutrina de recurso hierárquico, o qual, segundo Diogenes Gasparini, é o “*meio adequado para o superior rever o ato, decisão ou comportamento de seu subordinado, especialmente da comissão de licitação, quando devidamente interposto*”. (cf. in Direito Administrativo, 13ª ed., São Paulo, Saraiva, 2008, p. 684).

Com efeito, conforme dispõe o § 4º do art. 109 da Lei de Licitações e inciso IV do art. 13 acima transcritos, **cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.**

Logo, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria de Saúde, **motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso, cabendo à referida secretaria o julgamento e decisão final.**

Salvo melhor juízo, não assiste razão à recorrente, devendo ser mantida a decisão da Comissão de Pregão, pelos fundamentos narrados a seguir.

Entende o TCU, de forma inequívoca, que a suspensão temporária prevista na Lei de Licitações (art. 87, III), **em vez de gerar consequências para toda a Administração Pública, deve ter seus efeitos adstritos somente ao órgão ou entidade que aplicou a penalidade.** É o que se observa em reiterados acórdãos, como nos seguintes:



“REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO MCID 16/2014. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE GARÇOM. INABILITAÇÃO DA FIRMA REPRESENTANTE EM RAZÃO DA APLICAÇÃO DA SANÇÃO PREVISTA NO ART. 87, III, LEI 8.666/1993, PELA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. CONTROVÉRSIA ACERCA DA EXTENSÃO DA SANÇÃO ADMINISTRATIVA. ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL: EFEITOS DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA APLICAM-SE NO ÂMBITO AO ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADOR. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZATIVOS PARA ADOÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR. SUSPENSÃO CAUTELAR DO CERTAME LICITATÓRIO. OITIVA DO PREGOEIRO E DA CGRL/MCID. ADMINISTRAÇÃO APLICOU O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. SUPERVENIÊNCIA DE INDÍCIOS DE USO INDEVIDO DAS PREFERÊNCIAS ATRIBUÍDAS A MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE POR PARTE DA EMPRESA REPRESENTANTE. OUTRAS RAZÕES PLAUSÍVEIS PARA AFASTAR DO CERTAME A EMPRESA REPRESENTANTE. REVOGAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR DETERMINADA NOS AUTOS. OITIVA DA REPRESENTANTE. MANIFESTAÇÕES. CIÊNCIA À CGRL/MCID QUANTO AOS PROCEDIMENTOS PARA AFERIÇÃO DA RECEITA BRUTA DAS EMPRESAS LICITANTES. COMUNICAÇÕES.

(...) Os efeitos da sanção de suspensão temporária de participação em licitação (art. 87, III, Lei 8.666/93) são adstritos ao órgão ou entidade sancionadora”.³

“REPRESENTAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA E DE SEGURANÇA PATRIMONIAL. CLÁUSULA IMPEDITIVA DA PARTICIPAÇÃO DE POTENCIAL LICITANTE QUE HAJA SIDO SUSPENSA TEMPORARIAMENTE PARA LICITAR POR OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE. CONHECIMENTO. OITIVA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO OU AO INTERESSE PÚBLICO. INDEFERIMENTO DA CAUTELAR REQUERIDA. COMUNICAÇÕES. ARQUIVAMENTO.

(...) Em observância ao princípio da supremacia do interesse público, não se configura hipótese de anulação do procedimento licitatório ou do contrato firmado, o fato de empresa ter sido impedida de

³ Acórdão n.º 504/2015 – TCU – Plenário – Rel. Min. Weder de Oliveira, 11/03/2015, grifo nosso.



participar do certame, por força de interpretação errônea na aplicação da penalidade de suspensão prevista no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993 (válida apenas em relação ao órgão ou entidade que a aplicou) quando é baixa a materialidade do objeto, não houve restrição à competitividade da licitação e nem indícios de conluio entre licitantes e gestores”.⁴

“REPRESENTAÇÃO SOBRE EVENTUAIS IRREGULARIDADES EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÃO. COMUNICAÇÕES. ARQUIVAMENTO.

(...) O edital da licitação, ao estabelecer vedações à participação no certame, deve ser suficientemente claro no sentido de que a penalidade de suspensão para licitar e contratar, prevista no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/93, tem abrangência restrita ao órgão ou entidade que aplicou a sanção.”⁵

Desta feita, a sanção prevista no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993 (suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração) tem aplicação restrita ao órgão ou entidade que a cominou, não se estendendo, portanto, a toda a Administração Pública.

Em outras palavras, segundo o posicionamento mais recente do Plenário do Tribunal de Contas da União, um indivíduo que, por exemplo, tenha sido penalizado com a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar, em virtude de irregularidades praticadas durante a execução de um contrato firmado entre ele e um Município, poderá perfeitamente participar de licitações e firmar contratos com outros Municípios, Estados e com a União.

Ressalte-se que o próprio edital do Pregão Eletrônico nº 214/2022 dispôs expressamente que a vedação de participação no certame seria limitada à Administração Municipal Direta e Indireta, em seu item 7.1.1. Confira-se, a propósito:

“8. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

8.1 - Não poderão concorrer neste pregão as sociedades empresariais e empresários que se enquadrem nas seguintes situações:

8.1.1 Suspensos temporariamente de participar de licitações e de contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta, nos termos do inciso III, do artigo 87, da Lei Federal 8.666/93, ou do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02;”

⁴ Acórdão n.º 1.457/2014 – TCU – Plenário – Rel. Min. Augusto Sherman, 04/06/2014, grifo nosso.

⁵ Acórdão n.º 2.556/2013 – TCU – Plenário – Rel. Min. Augusto Sherman, 18/09/2013, grifo nosso.

6



Sendo assim, a recorrida **não pode ser considerada inabilitada, eis que a penalidade de suspensão foi aplicada pelo Município de Toritama, não estando suspensa/impedida de participar das licitações no âmbito do Município de Nova Friburgo.**

III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, considerando que prevalece no âmbito do TCU o entendimento de que as sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, previstas no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993, alcançam apenas o órgão ou a entidade que as aplicaram, opina-se pelo **desprovemento do recurso, bem como pela remessa do presente à Secretaria Municipal de Saúde para ciência e decisão final.**

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 09 de Janeiro de 2023.

Nicoly Herdy Viana
Nicoly Herdy Viana

Coordenadora de Nível Superior Jurídico
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matrícula nº 62.631

Funda to / julian de Oliveira